

AUGUSTO SERGIO FIGUEIREDO RAMOS

**A INTERNACIONALIZAÇÃO DA PETROBRÁS
E SEUS DESAFIOS EM ANGOLA (1975 - 2009)**

AUGUSTO SERGIO FIGUEIREDO RAMOS

**A INTERNACIONALIZAÇÃO DA PETROBRÁS
E SEUS DESAFIOS EM ANGOLA (1975 – 2009)**

Trabalho de conclusão de curso de
Especialização em Relações Internacionais
para a Universidade de Brasília,
apresentado como requisito parcial
à obtenção do título de Especialista
em Relações Internacionais

Orientador:
Professor Doutor Antônio Carlos Lessa

Brasília
2009

FICHA CATALOGRÁFICA

Ramos, Augusto Sergio Figueiredo.

A Internacionalização da Petrobrás e seus Desafios
em Angola / Augusto Sergio Figueiredo Ramos; Orientador:
Antônio Carlos Lessa – Brasília, 2009.

53 p.

Trabalho de Conclusão de Curso. Instituto de
Relações Internacionais / Universidade de Brasília.

Curso de Especialização em Relações Internacionais.

1. Internacionalização da Petrobrás. 2. Política Externa do Brasil

Instituto de Relações Internacionais

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, ao meu pai (hoje falecido) e a minha esposa, todos parceiros nesta caminhada, agradeço por tantos conselhos maravilhosos e pela solidariedade plena nesses meses de elaboração desta monografia.

Aos amigos e em especial ao Gerente do Escritório da Petrobras em Brasília o Dr. Carlos Alberto Ribeiro de Figueiredo, agradeço pelo estímulo para que conseguisse terminar esta árdua e prazerosa tarefa.

RESUMO

O estudo analisa a influência e a atuação da Petrobrás em Angola. Apresenta as principais decisões tomadas em relação à Petrobrás e o Comércio Internacional (Interbrás), na política externa, desde o governo Ernesto Geisel (1974-1979) até os dias atuais. Em uma conjuntura internacional caracterizada pela sucessão de crises que reverteram alguns dos pressupostos do modelo de desenvolvimento econômico implementado pelos governos do regime militar, como a crise financeira marcada pelo “Primeiro Choque do Petróleo”, o governo brasileiro agiu de forma criativa e oportuna, realizando importantes inflexões no comando geral da política externa. Algumas dessas modificações se fizeram tendo por pressuposição o elevado poder de compra de petróleo que tinha o Brasil naquele momento, ocupando a Petrobrás papel central no seu desenrolar, tanto no sentido de se buscar garantias para o abastecimento interno de petróleo e derivados, quanto na promoção de produtos e serviços brasileiros no exterior. O estudo expõe os movimentos da Petrobrás no movimento de internacionalização em um país em guerra civil – Angola, que antecedeu a Crise do Petróleo, analisando o contexto da parceria e as transações efetivadas a partir de 1979 para promover as exportações e abrir novos mercados consumidores. Apresenta-se, portanto, a Petrobrás como ator fundamental em algumas das mais importantes dimensões da política externa do governo brasileiro, especialmente na aproximação de países produtores de petróleo da África e do Oriente Médio.

Palavras-chave: Internacionalização da Petrobrás, Crise do Petróleo, Angola.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Localização da República de Angola ----- 27

FIGURA 2 – Áreas licenciadas para produção de petróleo em Angola, destacando-se os blocos de águas profundas em Cabinda (B e C) para Chevron, bloco 16 (Shell), bloco 15 (Exxon), bloco 17 ----- 44

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Evolução da demanda mundial por petróleo (1965-1999) -----15

QUADRO 2 – Evolução do *market share* da OPEP e do resto do mundo na oferta mundial de petróleo (1965-1999) -----16

LISTA DE TABELA

TABELA 1 - Números da Petrobrás no mundo -----	23
---	-----------

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	6
LISTA DE QUADROS	7
LISTA DE TABELA	8
INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 – A INTERNACIONALIZAÇÃO DA PETROBRÁS	13
1.1 Processo de Internacionalização de Empresas Brasileiras	13
1.2 Política Externa Brasileira e a Internacionalização da Petrobrás	19
1.3 A Evolução da Internacionalização da Petrobrás	22
CAPÍTULO 2 – A ATUAÇÃO DA PETROBRÁS EM ANGOLA	24
2.1 Um Breve Relato Histórico de Angola	24
2.2 O Contexto da Política do Petróleo em Angola	26
2.3 A Petrobrás e Angola na Crise do Petróleo de 1973	29
CAPÍTULO 3 – A INDÚSTRIA DO PETRÓLEO DE ANGOLA	32
3.1 Evolução da Indústria Petrolífera de Angola	32
3.2 Diferentes Acordos para Diferentes Parceiros	34
CAPÍTULO 4 – COOPERAÇÃO INTERNACIONAL BRASIL E ANGOLA	37
4.1 Novas Demandas de Cooperação Brasil-Angola	37
4.2 Transformações Estruturais da Indústria do Petróleo e o Futuro de Angola	42
CONCLUSÕES	45
REFERÊNCIAS	47
ANEXOS	50

INTRODUÇÃO

O petróleo é, reconhecidamente, a principal fonte de energia do mundo moderno. Neste sentido, as relações entre as flutuações dos preços do petróleo e a economia mundial são de grande importância, tornando relevante a tentativa de definir as condições de contorno que ajudam a explicar a formação do preço deste produto no mercado internacional. Grandes transformações sociais, econômicas, políticas, científicas, tecnológicas e culturais têm caracterizado a sociedade contemporânea, e resultaram em um processo de reestruturação do setor produtivo do petróleo, tanto no Brasil como em outras nações.

O contínuo o processo de transformação da sociedade internacional já é consenso. É possível notar as benesses resultantes do seu rápido avanço tecnológico. Atualmente, este processo está cada vez mais abrangente e complexo, pois se integra numa rede de acordos internacionais edificados por cima de fronteiras políticas. Por esta razão, a seleção de parceiros e de modelos contratuais passou a ser um aspecto chave na estratégia internacional da empresa, onde a supressão das fronteiras econômicas nacionais abre outras potencialidades – a cooperação é o pano de fundo dos movimentos de internacionalização.

Nesta visão da internacionalização e das estratégias adotadas está incluída a nova vertente da economia, que proporciona enormes economias em rede, e se adapta muito bem com a lógica de alianças.

A questão da internacionalização de uma empresa moderna deixou de ser uma opção para se tornar uma questão de sobrevivência. Há poucos anos, internacionalizar representava uma aventura solitária para a empresa e obrigava, inevitavelmente, à passagem dos seguintes estágios: exportação ocasional; exportação por intermédio de um agente; exportação por intermédio de uma filial comercial; implantação produtiva substituí, total ou parcialmente, ao fluxo de exportação.

A Petrobrás é a empresa brasileira com maior volume de ativos no exterior, e deu a partida na estratégia de atuar além das fronteiras nacionais num momento pouco aberto da economia do País.

Em 1972, quando resolveu prospectar petróleo no exterior, o Brasil não tinha uma definição clara com relação à internacionalização de empresas nacionais e nem sobre as políticas de relações internacionais mais estratégicas. Com a crise do Petróleo, em 1973, outra postura começou a ser adotada pelo governo, como veremos adiante. O que havia na época era muito limites e obstáculos sobre importações de mercadorias e remessas de divisas. Mas vários problemas foram solucionados e hoje a realidade é promissora para a Petrobrás.

O principal problema a ser analisado no presente estudo é o processo de internacionalização da Petrobrás e seus desafios em Angola, bem como as orientações e opções políticas naquele momento, apresentar a evolução dos marcos, o processo de independência daquele país, as condições do Protocolo de Intenções do Brasil em relação a Angola, as políticas implementadas pelo governo brasileiro, desde o Protocolo de Intenções em 11 de Junho 1980 até os dias atuais.

Para tanto, foi necessário apresentar o processo de internacionalização da Petrobrás no contexto geopolítico, desde os primeiros passos da cooperação até 2009, além de verificar como os obstáculos relacionados ao Protocolo de Intenções do Brasil em relação a Angola foram superados.

O *objetivo geral* deste estudo é analisar como a política externa brasileira e a política interna angolana influenciaram a internacionalização da Petrobrás em Angola, desde o período de negociação do referido instrumento internacional, a partir da estratégia de atuar além das fronteiras nacionais em um dos momentos mais fechados da economia do País, até 2009, ancorado nos seguintes *objetivos específicos*: apresentação do processo de internacionalização da Petrobrás no contexto da política externa brasileira; a relação de Angola com a internacionalização da Petrobrás; apresentar o contexto da política do petróleo em Angola e as principais diretrizes do Protocolo de Intenções do Brasil em relação a Angola; a atuação da Petrobrás em Angola na crise do Petróleo; e identificar os principais fatores da política interna e externa do Brasil e de

Angola que influenciam a atuação da Petrobrás em Angola, desde o início das negociações do Protocolo de Intenções do Brasil em relação a Angola até 2009.

A metodologia escolhida para este estudo foi a análise documental, pois como recomenda RICHARDSON (1999), o método qualitativo, “difere, em princípio, do quantitativo à medida que não emprega um instrumental estatístico como base do processo de análise de um problema” (RICHARDSON, 1999 p. 79), e justifica-se por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social, ou situações em que observações qualitativas são usadas como indicadores do funcionamento de estruturas sociais. A escolha dependeu da natureza do fenômeno analisado e do material que o método permitiu coletar. O contexto desta pesquisa documental é a atuação da Petrobrás em Angola. Os documentos foram selecionados para a coleta de dados, e analisados para, então, finalizar com a análise dos dados.

A Monografia está organizada em quatro capítulos. O primeiro apresenta como, em geral, ocorria a internacionalização das empresas brasileiras, bem como a proposta estratégica de internacionalização da Petrobrás. O segundo traz um breve histórico de Angola, sua política de Petróleo e a atuação da Petrobrás na crise de 1973. O capítulo 3 descreve a evolução indústria do petróleo em Angola e seus principais parceiros. O quarto capítulo apresenta o novo contexto da internacionalização da Petrobrás em Angola, e as perspectivas de seu futuro. Nas Conclusões se pode apontar que a internacionalização da Petrobrás foi uma decisão estratégica de grande risco, mas seu sucesso nos últimos anos mostrou que a estratégia foi a melhor.



CAPÍTULO I

A INTERNACIONALIZAÇÃO DA PETROBRÁS

1.1 Processo de Internacionalização de Empresas Brasileiras

A modificação da estrutura de oferta e demanda por petróleo, a dimensão geopolítica deste mercado e as inovações tecnológicas e financeiras conduziram a um novo regime de demanda e oferta do petróleo, a partir dos choques petrolíferos ocorridos nos anos 70 (PINTO JUNIOR e NUNES, p. 2, 1999).

Segundo esses autores, depois da Segunda Grande Guerra, o petróleo, como destaque entre as fontes de energia, levou os países produtores do Oriente Médio a constatarem que os contratos eram extremamente vantajosos para as empresas produtoras e, influenciados pela onda de nacionalização que envolvia o mundo, deram início a processos de estatização das companhias de petróleo que atuavam em seus territórios.

Antes do processo de nacionalização na indústria petrolífera se iniciar, as empresas estrangeiras dominavam o mercado e a informação. Elas eram as únicas a explorar na maioria dos países do Oriente Médio, e também as únicas, a saber, sobre as reservas e os custos de produção.

O processo de nacionalizações reduziu em muito o poder de mercado construído e administrado pelas empresas estrangeiras. Este processo culminou com a criação da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) – uma organização internacional formada por países que são grandes produtores de petróleo. A OPEP foi fundada em 14 de setembro de 1960 e possui sua sede na cidade de Viena (Áustria), seu objetivo é: estabelecer uma política petrolífera comum a todos os grandes produtores de petróleo do mundo (países membros); definir estratégias de produção; controlar preços de venda de petróleo no mercado mundial; analisar e gerar conhecimentos para os países membros sobre o mercado de petróleo mundial; e controlar volume de produção de petróleo da organização. É formada pelos seguintes países: Arábia Saudita, Emirados

Árabes Unidos, Irã, Iraque, Kuwait e Qatar, Angola, Argélia, Líbia e Nigéria, Equador e Venezuela, o que representa cerca de 75% das reservas mundiais de petróleo.

A OPEP tornou-se um cartel, estabelecendo articulações entre a oferta e a demanda a fim de modificar o patamar dos preços internacionais do petróleo de acordo com os seus interesses.

Mas as crises de 73 e 79 fizeram com que os países consumidores e os produtores de petróleo modificassem suas estratégias de atuação no mercado petrolífero e forçaram uma reestruturação das condições. A queda brutal dos preços em 1986, ou o contrachoque foi um dos resultados desta reestruturação, com um realinhamento de forças entre os agentes pertencentes ao setor, que enfraqueceu a OPEP, pela retomada de parte do controle pelas companhias petrolíferas e pelo fortalecimento dos países consumidores.

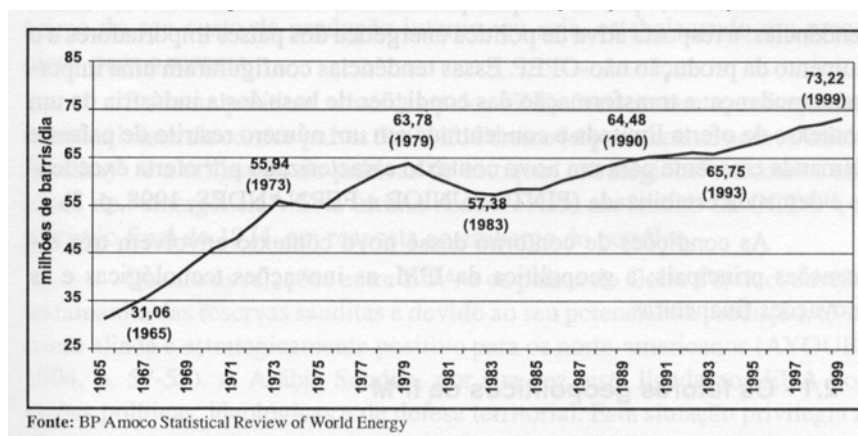
Quanto às mudanças nas estratégias, várias foram as respostas ao nível de preços e ao contexto de concentração da oferta de petróleo em torno da OPEP que configurava esta indústria após os choques. O objetivo principal de todas as "soluções" desenvolvidas era a redução da dependência em relação ao petróleo produzido pelos países do Oriente Médio. O mesmo pode ser dito em relação ao Brasil. Dentre estas "soluções" podem ser destacadas (MARTIN, 1992, p. 6566, in: PINTO JUNIOR e NUNES, p. 2, 1999): 1) disseminar programas de conservação e/ou eficiência energética visando utilizar a energia com mais racionalidade. Esta eficiência no uso pode ser encontrada na elevação dos preços ao consumidor, de novas regulamentações, de incentivos à eliminação dos desperdícios, entre outras iniciativas; 2) pesquisar e implementar novas fontes energéticas que pudessem substituir o petróleo, reduzindo a dependência por um energético vindo de uma região tão instável; 3) valorizar os recursos energéticos nacionais; 4) Diversificar as fontes de importação de petróleo.

Após os choques, ocorreu uma grande corrida em busca de novas áreas exploratórias, tanto por parte dos governos dos países consumidores quanto por parte das grandes companhias petrolíferas. Para tanto a difusão das inovações tecnológicas foram primordiais.

Para a Petrobras a expansão além-fronteiras teve como marco inicial a criação, em 1972, do seu braço internacional, a Braspetro (incorporada à matriz em 2002). Atualmente, as atividades no exterior estão a cargo da Área Internacional, criada no ano 2000. Todas estas políticas concorreram para transformar profundamente o abastecimento mundial após a década de 70. O forte crescimento da demanda, anterior aos choques, foi estabilizado (Quadro 1). A partir de 1980, a OPEP teve que praticar sucessivos cortes na sua produção, a qual, em 1985, atingia 16,7 milhões de barris/dia, representando 29,1% da produção mundial. No entanto, em 1973, o volume produzido pela OPEP era de 30,9 milhões de barris/dia 52,9% da produção mundial naquele ano (Quadro 2).

Esta significativa perda de controle pela OPEP sobre as quantidades ofertadas no mercado petrolífero estava intimamente relacionada com o processo de substituição iniciado ainda na primeira metade dos anos 70 e que se desenvolveu em 3 níveis: petróleo barato por petróleo caro, petróleo por outras fontes de energia e petróleo por capital. A Petrobrás cresceu com estas crises.

QUADRO 1 – Evolução da demanda mundial por petróleo (1965-1999)



Fonte: Corrêa e Lima. **Informações FIPE**, p. 36-40, maio de 2007.

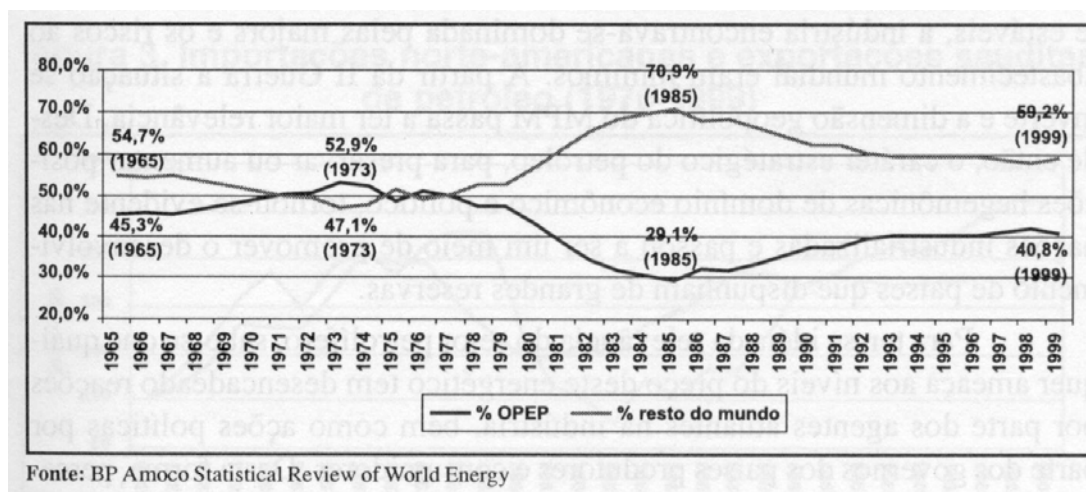
Para Corrêa e Lima, o momento era outro, apesar do relativo atraso ante alguns países em estágio semelhante de desenvolvimento, é cada vez maior o número de

empresas brasileiras que abandonam o modelo tradicional exportador e passam a internacionalizar suas atividades produtivas.

Algumas empresas nacionais parecem ter notado que é mais simples e efetivo iniciar a produção em outro país do que contornar os obstáculos logísticos e legais envolvidos em uma operação de venda para o exterior (Corrêa e Lima, 2007). Segundo eles, para entender o processo de internacionalização das empresas nacionais, uma série de estudos foi elaborada nos últimos anos por instituições de pesquisas como a FIPE, o BNDES, entre outros.

Os resultados apontaram que, entre outros fatores, uma empresa pode fazer do investimento externo um instrumento de apoio às exportações, ou realizar o investimento para ampliar e fortalecer as vendas em um dado mercado. Tais investimentos podem ser tanto de comercialização (abertura de escritórios comerciais, armazéns, centros de distribuição) como produtivos.

QUADRO 2 – Evolução do *market share* da OPEP e do resto do mundo na oferta mundial de petróleo (1965-1999)



Fonte: Corrêa e Lima. **Informações FIPE**, p. 36-40, maio de 2007.

No caso dos países em desenvolvimento, como o Brasil, a maioria das empresas não passou da fase de simples exportação, e mesmo aquelas que apresentavam um

elevado grau de internacionalização possuíam um baixo nível de investimento no exterior.

A decisão de internacionalização para determinados destinos para ampliar e fortalecer as vendas nesse mercado, segundo os mesmos autores, dependia mais de fatores econômicos e das características da organização. Eles também enfatizam que as diferenças entre os mercados (o doméstico e o novo mercado a ser conquistado) geram incertezas sobre os resultados dos investimentos, que só podem ser diminuídas pelo conhecimento da outra cultura. Trata-se, portanto, de um processo gradual de conhecimento do mercado externo e, principalmente, empírico. Apenas quando a empresa reduz as incertezas, tende a comprometer mais recursos.

A evolução e as características da internacionalização de empresas brasileiras foram estudadas por alguns autores a partir da década de 70, na busca das motivações e restrições ou dificuldades que as empresas de capital nacional encontravam para avançar no processo de internacionalização.

Os estudos, segundo Corrêa e Lima (2007), concordam que houve diversas fases no processo, com diferenças nas especificidades setoriais, nas motivações estratégicas, nas modalidades de financiamentos e nas formas de implementação do investimento.

Em pesquisa conduzida pelo BNDES (1995, *apud* Corrêa e Lima, 2007) observou-se que, à diferença dos anos 70, quando apenas grandes empresas – com faturamento acima de US\$ 500 milhões – tinham investimentos no exterior, na década de 1980 havia uma participação significativa daquelas com faturamento entre US\$ 200 milhões e US\$ 500 milhões e daquelas com faturamento inferior a 100 milhões. O estudo também constatou um aumento no número de subsidiárias instaladas no exterior, especialmente de subsidiárias produtivas.

A pesquisa apontou que há uma relação entre a forma de implementação e o tipo de investimento a ser realizado:

Quando se trata de unidades produtivas, as firmas preferem adquirir as já existentes, enquanto que quando se trata de implementar unidades comerciais ou investimentos não relacionados à produção, as empresas preferem unidades novas.

O fortalecimento do poder de competição, graças à proximidade com o mercado consumidor, foi considerado a principal motivação para as empresas internacionalizarem suas unidades, seguido pela capacidade de suprir o mercado regional e pelas novas oportunidades de investimentos possibilitadas pela integração regional (CORRÊA e LIMA, p. 37, 2007).

Quanto às maiores dificuldades, os problemas de financiamento doméstico e as diferenças culturais foram os fatores mais destacados pelas empresas.

Algumas empresas brasileiras perceberam rapidamente as mudanças processadas no âmbito mundial e, assim, iniciaram cedo sua inserção no mercado global. Seja com base em vantagens específicas relacionadas a recursos naturais, seja com base em processos produtivos eficientes, ou uma combinação desses dois elementos, e por meio da internacionalização de seus ativos, aproximaram-se das vantagens conferidas a empresas globais.

No Brasil, a reestruturação do setor público, nos anos 80-90, seguiu o movimento de reformas ocorridas a nível mundial e adotou, como principais medidas, o programa de privatização, a abertura econômica, a liberalização do mercado e as chamadas políticas de competição, e a reforma legislativa deu prosseguimento às alterações da Constituição de 1988.

De forma geral, as mudanças dos setores de infra-estrutura e energia no Brasil envolveram as seguintes ações: 1) desverticalização da cadeia produtiva dos serviços de infra-estrutura energética; 2) introdução da concorrência em diferentes atividades das indústrias de rede; 3) abertura do acesso de terceiros interessados no compartilhamento de infra-estrutura; 4) introdução de novos mecanismos de regulação; 5) criação de novas formas de contratos.

Nas indústrias de petróleo e gás natural, em particular, essas mudanças institucionais buscaram introduzir pressões competitivas naqueles segmentos em que a concorrência fosse possível. A partir daí observou-se o Estado passando a atuar como agente regulador da indústria. No Brasil, os anos 50 foram marcados pela criação de várias estatais, como a própria Petrobrás. Porém, nos anos 90, o papel do Estado passou a ser de regulador, com a escolha do modelo de abertura no setor de petróleo e gás

natural. Mas houve um deliberado gradualismo das mudanças estruturais e institucionais e pela escolha de preservar o papel da estatal Petrobrás como a empresa líder e dominante no setor.

1.2 Política Externa brasileira e a Internacionalização da Petrobrás

A política externa de um país, em geral, norteia-se pela realização dos interesses nacionais no plano global, e caracteriza-se por uma interação de conflito ou de cooperação, como parte do sistema internacional. Para SANTANA (2007, p. 11), a crise do Petróleo na década de 70 levou o regime militar, instaurado no País desde 1964, a uma posição de “maior realismo e pragmatismo”. Mas TOSCANO afirma que:

Enquanto, os países industrializados reagiram com vigoroso e complexo reajuste ao novo cenário; adotando, imediatamente após a crise, planos recessivos, o Brasil optou em manter seu crescimento, mesmo que em ritmo desacelerado, por meio de endividamento externo – buscando sustentar, ainda que minimamente, as taxas de crescimento da economia ao investir no desenvolvimento industrial (TOSCANO, 2004, p.33).

Para ela foi uma decisão desastrosa e que custou muito ao País, pois em 1973 o Brasil importava 82% do petróleo que usava, pois a opção realizada pelo Governo, que tomou posse em março de 1974, de manter o crescimento via endividamento, tinha como um dos panos de fundo a percepção de o Brasil poder, no futuro, colher divisas resultantes dos investimentos realizados, gerando superávits necessários para pagar os juros e diminuir a dívida externa – uma vez que havia a crença de aumentar a participação de bens manufaturados nas exportações para diminuir a dependência sobre os bens primários.

Importava ao País exportar e manter sua balança comercial superavitária. Diante disso, a busca de novos parceiros comerciais, para a cooperação internacional, entre os países industrializados e os do Terceiro Mundo fornecia base à aplicação do pragmatismo ecumênico e responsável na política externa, o que não significava seguir nova ideologia e, sim, saber *ler* o novo cenário internacional de crises, mas, também, de oportunidades (TOSCANO, 2004, p.36).

De acordo com o Presidente Ernesto Geisel, em sua primeira reunião ministerial em 19 de março de 1974, urgia estabelecer a promoção de “nosso relacionamento com as nações irmãs da circunvizinhança de aquém e além mar”: América Latina e África - regiões que apresentavam características comuns às do Brasil e, igualmente, citou a intenção de impulsionar a ação diplomática alerta às novas oportunidades no comércio exterior “[...] com prudência e tato, mas com firmeza, (*fazendo*) as opções e realinhamentos indispensáveis”. O Presidente anunciou os novos eixos prioritários da ação internacional do Brasil sob seu governo, que, se não fossem suficientes como alternativa aos relacionamentos tradicionais, ao menos funcionariam como complementos importantes (TOSCANO, 2004, p.37).

Completa a autora que, a partir de 1974, ocorreu uma atualização da política externa brasileira com: a) o reconhecimento dos governos de orientação socialista das ex-colônias portuguesas da África; b) o voto anti-sionista na ONU; c) o reconhecimento dos direitos do povo palestino; d) o estabelecimento das relações com a República Popular da China; e) a assinatura do Acordo Nuclear com a República Federativa da Alemanha.

Essa nova configuração provocou uma ação articulada entre diferentes atores do aparelho de Estado – Presidência da República, Itamaraty, Ministério das Minas e Energia, Sistema Petrobrás e Agências Econômicas – para enfrentar os problemas econômicos e o *déficit* da balança comercial brasileira.

Para TOSCANO (2004, p. 24), no tocante à Petrobrás, a atuação desta Estatal e de suas subsidiárias Braspetro e Interbrás foram positivas para as políticas de diversificação de parcerias e de expansão comercial, e para a atuação nas negociações comerciais. Igualmente, as ações da Companhia foram decisivas para o abastecimento nacional de petróleo.

Para ela releva recordar que o Presidente Geisel ocupou a presidência daquela Estatal até 1973, participou da criação da Braspetro e era conhecedor dos interesses da Petrobrás, dos antecedentes e da dinâmica problemática do “Primeiro Choque do Petróleo”, e das oportunidades comerciais que poderiam ser exploradas no Oriente Médio e na África, mediante maior aproximação. Na época, a Estatal era menos capaz

de abastecer o País de petróleo do que nos dias de hoje, mas era detentora de enorme poder de demanda, cujo uso adequado poderia contribuir favoravelmente para a promoção de produtos brasileiros naquelas regiões.

A Petrobrás era responsável pela compra de petróleo no exterior e a Braspetro cabiam a pesquisa e a exploração de petróleo no exterior com o objetivo de ampliar alternativas de suprimento e de economizar divisas (TOSCANO, 2004, p. 55).

Mesmo antes da Primeira Crise do Petróleo, o Presidente Geisel dirigia a Petrobrás, e em 1971, já se manifestava a favor do Brasil associar-se a Portugal na exploração do petróleo de Angola e mostrava-se contrário ao tipo de aproximação que o Chanceler Gibson Barboza queria empreender na África. Mas o passar dos dias mostrou que a posição do Chanceler Barboza era mais prudente e o Brasil ficou entre os seis países que sofreram o embargo de petróleo pela sua posição de apoio a Portugal. Após a resolução da crise, o Brasil voltou a comprar petróleo principalmente da Nigéria, da Argélia e da Líbia, com esforços comerciais também concentrados no Congo, no Gabão, em Angola e no Zaire.

Quanto a Angola, uma missão comercial brasileira visitou o país em 1976, procurando intensificar relações comerciais bilaterais, embora o comércio com esse país não ter evoluído como o desejado, devido a problemas internos (guerra civil).

O presidente angolano Agostinho Neto ofereceu a cooperação econômica possível e recebeu a Petrobrás para explorar petróleo. Em 1979, após sua morte, seu sucessor negociou acordos de comércio e de financiamento com o Brasil (TOSCANO, 2004, p. 76).

No final de sua análise, Toscano conclui que (2004 p. 128): de acordo com o modelo de análise paradigmática de política exterior construído por Amado Cervo, o Sistema Petrobrás pode ser enquadrado como um dos melhores exemplos da ação internacional do “Estado desenvolvimentista”, por apresentar atuação desenvolvida engendrada à forma futura de ação do “Estado logístico”.

1.3 A Evolução da Internacionalização da Petrobrás

Criada em outubro de 1953, por meio da Lei 2.004, a PETROBRAS – Petróleo Brasileiro S/A tem como objetivo executar as atividades do setor petróleo no Brasil em nome da União. Foram monopólios conduzidos pela Petrobrás, de 1954 a 1997, as operações de exploração e produção de petróleo, bem como as demais atividades ligadas ao setor de petróleo, gás natural e derivados.

A partir de então (1997) o Brasil, através da Petrobrás, ingressou no grupo de 16 países que produz mais de 1 milhão de barris de óleo por dia, e também abriu as atividades da indústria petrolífera no Brasil à iniciativa privada. Em 2003, dobrou a sua produção diária de óleo e gás natural ultrapassando a marca de 2 milhões de barris, no Brasil e no exterior.

Em 2006, deu início à produção da plataforma P-50, na Bacia de Campos, o que permitiu ao Brasil atingir auto-suficiência em petróleo. Presente em 27 países e, em 2008, foi reconhecida como a petroleira mais sustentável do mundo, considerada referência mundial em ética e sustentabilidade, em 387 indicadores internacionais, entre eles queda em emissão de poluentes e em vazamentos de óleo, menor consumo de energia e sistema transparente de atendimento a fornecedores.

A Petrobrás é especializada nos seguintes segmentos da indústria de petróleo, gás e energia: exploração e produção; refino; comercialização; transporte; petroquímica e distribuição de derivados.

Após a reforma da indústria brasileira de hidrocarbonetos, apesar da entrada de novos *players*, a Petrobrás ainda mantém posição dominante. É responsável por praticamente toda a produção de petróleo do País.

Na distribuição, a subsidiária BR Distribuidora é a líder no segmento, mas disputa fatias de mercado com outras distribuidoras. No que se refere ao gás natural, a Petrobrás é, atualmente, responsável por cerca de 96% da produção doméstica e 90% da importação de gás. Além disso, é detentora de praticamente toda infra-estrutura interna de transporte.

Com relação à distribuição, a Petrobrás detém participação em 20 das 26 distribuidoras de gás canalizado estaduais. Pelo lado da demanda, participa em muitos projetos de construção de plantas termelétricas e em cogeração. Sua atuação no exterior é apresentada na Tabela 1.

Tabela 1 - Números da Petrobrás no mundo

Áreas	Quantidade
Valor de Mercado – agosto /2009	US\$ 173,59 bilhões
Postos de Abastecimento	Mais de 8 mil
Empregados - julho/2009	75.501
Plataformas de Produção	112
Termelétricas	10
Refinarias	16
Produção média de petróleo e gás natural – julho /2009	2.498.116 barris /dia
Investimento em biocombustíveis – 2009/2013	US\$ 2,8 bilhões

Fonte: PETROBRÁS em números. <http://www2.petrobras.com.br/portal>. Acesso em 05/08/09.

CAPÍTULO II

A ATUAÇÃO DA PETROBRÁS EM ANGOLA

2.1 Um Breve Relato Histórico de Angola

A República de Angola, na África sub-Sahariana, é o quinto país de maior dimensão mundial, com uma área de cerca de 1.246.700 Km² e com uma costa marítima atlântica de cerca de 1.650 Km. A sua fronteira terrestre é de 4.837 km. É constituída por um maciço de terras altas, limitado por uma estreita faixa de terra baixa cuja altura varia entre os 0 e os 200 metros. Acima dos 200 metros encontram-se as montanhas e os planaltos. A região planáltica é a que ocupa a maior extensão territorial do país. A linha de costa há, em geral, poucos declives e saliências. Possui imensos solos férteis e é potencialmente rica em recursos naturais: gigantescos jazigos de petróleo, de diamantes, grandes reservas hídricas, vastos recursos marítimos e as enormes parcelas de terras aráveis.

No início dos anos 50 tem início a luta contra a ocupação portuguesa em Angola – começa uma incursão pela sua Independência, uma luta pela liberdade e pela auto-suficiência. Com as suas principais infra-estruturas econômicas praticamente destruídas ou inoperantes, com um terço da sua população deslocada dos seus locais de origem, com destaque negativo na Imprensa mundial, Angola não tinha um perfil favorável à apresentar ao mundo.

Potencialmente, é um dos territórios mais ricos do continente africano, com petróleo, diamantes, minerais estratégicos, madeira, peixe, terras férteis para culturas de climas temperados e tropicais, recursos hídricos, etc., embora cerca de 70% da população viva ainda abaixo do limiar da pobreza, com rendimentos *per capita* incapazes de justificar a sua simples sobrevivência.

No entanto, Angola conseguiu, com elevado custo humano, manter o essencial – preservar sua independência, manter a integridade territorial, lançar as bases de um Estado Democrático de Direito, a unidade e a consciência do seu povo em torno de um projeto nacional –, apesar de todas as ações de desestabilização que sofreu nesses últimos 30 anos.

O país teve de resistir, logo em 1975, à invasão simultânea de dois exércitos, zaireense a Norte e o sul-africano ao Sul, à ocupação de parte do seu território pelo exército de Pretória no início dos anos 80 e à desestabilização de longa duração conduzida por um partido armado, a UNITA, de Jonas Savimbi, diretamente apoiado pelo regime racista da África do Sul e, até pelo menos o início dos anos 90, por sucessivas administrações norte-americanas.

Em 2000, com o advento da paz, com uma nova política governamental em nível econômico em vias de ser formalmente aceita pelos grandes organismos financeiros internacionais, e a aprovação pelo Parlamento dos princípios fundamentais para a revisão da Lei Constitucional (consagrando um regime semipresidencial, democrático e de economia livre), com o anúncio da possibilidade de novas eleições já no próximo ano, Angola entrou numa fase em que seu presidente, com a conquista da paz, pode consolidar a democracia, estabilizar a economia nacional e dar perceptivas de uma nova vida ao povo angolano (SANTOS, 2009).

Segundo a Petrobrás, o início da sua atuação em Angola ocorreu em 1979, após a independência do país, ocorrida em 1975, e iniciou-se com os contratos de exploração e produção, através da participação em seis blocos marítimos, sendo 1 em produção e outros 5 em exploração (PETROBRAS, 2009).

Pode-se contar a história da Petrobrás em Angola em dois capítulos distintos. O primeiro foi até novembro de 2006, quando era sócia não-operadora de apenas dois blocos: o Bloco 2/85, do qual é sócia desde 1980, e o Bloco 34, em fase de exploração.

A segunda fase inicia-se em dezembro de 2006, quando passou a ter direitos de exploração e produção em mais quatro blocos no país, sendo operadora em três deles, os Blocos 6/06, 18/06 e 26, e sócia não-operadora do Bloco 15/06.

Após tantos anos de atuação, é a primeira vez que a Petrobrás é operadora neste país africano. Somente nos blocos em que opera, há o compromisso de perfurar 11 poços até 2011. (PETROBRAS, 2009).

Apesar da guerra civil em Angola, na condição de sócia, a Petrobrás atua desde 1979, mas sem a operação dos trabalhos de prospecção, a produção da estatal brasileira no país era de apenas 2,8 mil barris de petróleo por dia (AGÊNCIA BRASIL, 2008).

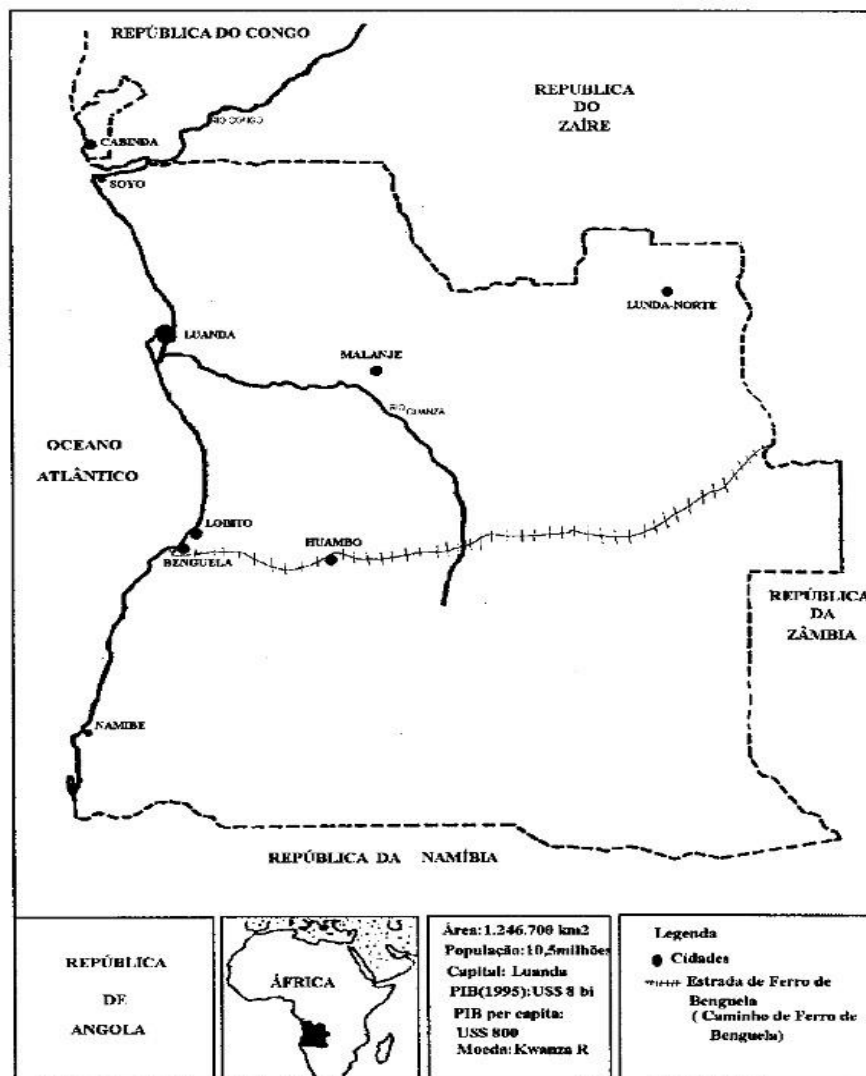
Em 2006, ela começou a investir de forma mais agressiva, pois vislumbrou oportunidades melhores. Há um compromisso de perfuração de 11 poços exploratórios até 2011: novos projetos *offshore* (em mar), sejam em águas rasas ou profundas, visa elevar significativamente a produção, para uma faixa dos 100 mil barris de petróleo por dia, o que elevará o volume de recursos na região entre US\$ 300 milhões e US\$ 350 milhões nos próximos anos (AGÊNCIA BRASIL, 2008).

2.2 O Contexto da Política do Petróleo em Angola

A atividade de prospecção e pesquisa de Hidrocarbonetos iniciou-se em Angola em 1910. Nesse ano foi concedida à Companhia Canha & Formigal, uma área de 114 000 km² no *offshore* na Bacia do Congo e na Bacia do Kwanza, sendo o primeiro poço perfurado em 1915. A Pema (Companhia de Pesquisas Mineiras de Angola) e a Sinclair (EUA) estiveram também envolvidas, desde cedo, na atividade de prospecção e pesquisa em Angola. Após breve paragem, em 1952 reiniciou-se a atividade, com a concessão à Purfina da mesma área adicionada à sua extensão na Plataforma Continental em 1955. Ainda em 1955 ocorreu a primeira descoberta comercial de petróleo, feito da Petrofina no vale do Kwanza. Em parceria com o governo colonial a Petrofina criou a Fina Petróleos de Angola (Petrangol) e construiu a refinaria de Luanda para processamento do crude.

Em 1962 foi efetuado o primeiro levantamento sísmico do *offshore* de Cabinda pela Cabinda Gulf Oil Company (CABGOC) e em Setembro desse ano surgiu a primeira descoberta. Em 1973 o petróleo tornou na principal matéria de exportação.

Figura 1 – Localização da República de Angola



Fonte: BUAMBUA; SUSLICK, p.2, 2006.

Em 1974 a produção chegou aos 172.000 bpd, o máximo do período colonial. Em 1976, a produção total rondava os 100.000 bbl/d e era proveniente de três áreas: *offshore* de Cabinda, Onshore do Kwanza e Onshore do Congo. Durante o período 1952-1976, foram realizados 30.500 km de levantamentos sísmicos, perfurados 368 poços de prospecção e pesquisa e 302 poços de desenvolvimento. Nesta fase, foram descobertos um total de 23 campos, dos quais três na faixa Atlântica.

A exploração em águas profundas começou em 1991 com a adjudicação do Bloco 16, a que seguiram os Blocos 14, 15, 17, 18 e 20. Desde 1990 foram perfurados em Angola mais de 200 poços exploratórios e de pesquisa. No começo de 2000 havia um total de 29 Blocos sob licença em terra e na faixa Atlântica. As licenças estavam atribuídas a 30 companhias, 14 das quais eram operadoras. A primeira plataforma do modelo FPSO (Flutuante de Produção, Armazenagem e Escoamento) no *offshore* angolano foi usada no projeto Kuito do Bloco 14 e, entrou em produção em dezembro de 1999. Desde agosto de 2003 a maior plataforma, do modelo FPSO, do mundo é usada no projeto Kizomba. No Bloco 15, 17 e 18 também fazem uso do mesmo tipo de plataforma.

Para terminar com a queima de gás resultante da exploração petrolífera e também para se ter uma fábrica de produção de petroquímicos local construiu-se uma fábrica de condensação de gás natural para produzir gás de petróleo liquefeito (GPL). Com as várias descobertas na faixa Atlântica de Angola, é possível que Angola logo se torne num dos principais produtores de petróleo no continente Africano. A aposta em tecnologias para exploração em águas profundas e ultraprofundas tem tornando a indústria petrolífera Angolana uma pioneira mundial (www.mstelcom.co.ao/wps/portal).

Em 10 de setembro de 1979 morre em Moscou, vítima de doença, o Doutor Agostinho Neto, primeiro Presidente de Angola. E no dia 21 de setembro José Eduardo dos Santos é proclamado o novo Presidente da República.

A política de petróleo do governo de Angola, formulada através da Lei do Petróleo (13/1978), estabelece o Estado angolano como o único detentor de todos os recursos petrolíferos; indicando a companhia nacional de petróleo, a Sonangol, como a concessionária exclusiva de todas as atividades relacionadas à exploração e produção de petróleo em Angola. Isso, porém, não significa monopólio (BUAMBUA; SUSLICK, 2006, p.1).

Toda companhia estrangeira, com capacidades tecnológicas e financeiras, que queira explorar petróleo no território nacional deve fazê-lo somente em associação com a Sonangol, ou em áreas cujos títulos são concedidos pela Sonangol. Paulatinamente, Angola vem aperfeiçoando, a sua política de petróleo, visando fundamentalmente o

controle e a regulação da exploração e produção das atividades petrolíferas no país. A estratégia dessa política é criar em primeiro lugar as mínimas condições para atrair os investimentos das grandes companhias internacionais na exploração e produção de petróleo em Angola. O regime fiscal e a legislação flexível são mecanismos que garantem o controle e as receitas para o governo, ao mesmo tempo em que possibilitam também a segurança, retorno rápido e lucro para as companhias internacionais. Esses mecanismos, apesar de simples, no caso de Angola, fazem com que o governo consiga uma relativa regulamentação e disciplina do mercado, através da Sonangol. (BUAMBUA; SUSLICK, 2006, p.1).

Dentre os países africanos, Angola é um dos principais parceiros comerciais do Brasil, apesar do seu quase desconhecimento internacional (PETROBRAS, 2007, p. 45)

2.3 Petrobrás e Angola na Crise do Petróleo de 1973

Segundo Buambua e Suslick (2006, p.41) no mercado petrolífero, uma das modificações de maior relevância, após os choques do petróleo, foi a introdução de novos mecanismos financeiros no sistema de comercialização do petróleo. No final de 1982, mais da metade do petróleo comercializado no mundo era vendido no mercado à vista, ou a preços do mercado à vista, o que caracterizava a saída da OPEP do "centro de gravidade".

Para os mesmos autores, os acordos de paz assinados em 1994 têm surtido efeitos positivos, pelo menos no que se refere ao setor petrolífero. O licenciamento de novas áreas para produção em águas profundas tem sido alvo de grandes disputas entre as principais companhias multinacionais em Angola. Nesse caso específico, algumas áreas já foram concedidas a algumas das principais companhias como Chevron, Exxon, BP Shell, Texaco e Elf. As atividades de exploração, desenvolvimento e produção estão em fases adiantadas, enquanto o governo estuda e assina novos contratos para os blocos restantes.

O fim do conflito armado tem refletido imediatamente no setor de petróleo, gerando um clima de elevado otimismo, com expansão e aceleração das atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo. Essas atividades, que antes se

limitavam ao enclave de Cabinda, já se estendem ao longo das 3 bacias sedimentares da plataforma angolana. Essa expansão, na realidade, já vem ocorrendo muito antes mesmo de haver maior estabilidade política no país.

A principal condicionante que poderia provocar a ocorrência desse cenário é o retomo ao conflito armado em Angola. Entretanto, considerando-se a evolução dos acordos de paz, o atual nível de investimentos e ritmo de produção das companhias, mesmo que ocorra uma interferência de fatores externos como excesso de oferta de petróleo e queda de preços no mercado internacional, pode-se dizer que o impacto seria relativamente menor (BUAMBUA, p. 23).

Com o fim do conflito armado em Angola, a perspectiva é de crescimento do consumo interno, atualmente limitado às principais cidades como Luanda, Benguela e Malanje. A completa inexistência de um setor petroquímico em Angola faz com que a pequena demanda se restrinja a produtos refinados como o gás liquefeito de petróleo (GLP), diesel, querosene, óleo combustível etc (BUAMBUA, p. 60).

Esses produtos são obtidos a partir de uma refinaria localizada nos arredores de Luanda, com uma capacidade de processamento estimada em 30 a 35 mil barris por dia. Isso representa o consumo interno angolano, ou seja, aproximadamente 6% da produção total no ano de 1994 (BUAMBUA, p. 37).

Dentro deste mesmo contexto, prevê-se a construção de uma nova refinaria para produzir uma economia de escala, e com maior capacidade de refino para atender não só a demanda interna como de outros países da África Austral. O crescimento do consumo interno provocará a flexibilização do monopólio de distribuição exercido pela Sonangol.

A concretização dos acordos de paz em Angola alavancará o potencial dos recursos petrolíferos a serem explorados em benefício da sua reconstrução econômica. Pelo grande potencial geológico e abundância de reservas exploráveis a custos baixos, Angola estará, dentro de alguns anos, reafirmando-se como um dos principais e dinâmicos mercados de exploração e produção de petróleo em toda África.

A crise interna intensificou-se com a independência. O setor de petróleo foi o único segmento da economia angolana que prosperou, atraindo as grandes companhias multinacionais, apesar da guerra civil que praticamente destruiu os setores produtivos.

Instaladas no enclave de Cabinda, as companhias de petróleo incrementaram as produções angolanas, alcançando níveis significativos ao longo de toda a década de 80 e no decorrer da atual.

CAPÍTULO 3

A EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO DE ANGOLA

3.1 Evolução da Indústria Petrolífera de Angola

Angola, que em 1970 produzia apenas 84 mil barris diários de petróleo bruto, atingiu em 1996 uma produção de 740 mil b/d, passando a ser o vigésimo quarto maior produtor mundial, quinto do continente africano e segundo da África subsaariana, atrás apenas da Nigéria, maior produtor africano com 2,0 milhões de b/d, em 1995 (PINTO JUNIOR e NUNES, p. 58, 1999).

Os acordos de paz assinados entre o governo do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) e a UNITA (União Nacional de Independência Total de Angola) praticamente acabaram com o conflito interno, permitindo a expansão das atividades petrolíferas em todo país. Este fato vem projetando Angola como um dos mais promissores países para a produção de petróleo em todo continente africano, favorecido, também, pelo fato de não ser membro da OPEP e, portanto, de não estar sujeito a certas limitações de produção, como tem ocorrido com os países membros daquele organismo (PINTO JUNIOR e NUNES, p. 85, 1999).

Angola começou a despontar no contexto internacional do petróleo logo após a crise do petróleo de 1973, quando as grandes companhias internacionais iniciaram um processo de diversificação das atividades de exploração e produção em diferentes países, entre os quais Angola. Paulatinamente, a despeito da instabilidade política, a produção tem aumentado ao longo dos anos (Agência Brasil, 28/06/08).

As reservas provadas de petróleo bruto estão estimadas em 5,8 bilhões de barris em 1995, sendo que 90% dessas reservas estão localizadas em regiões *offshore*, e apenas 10% em terra. Das reservas localizadas no mar, uma parte considerável encontra-se em

áreas de águas profundas, principalmente na plataforma adjacente às províncias de Cabinda, Zaire e Luanda. É, justamente, ao longo dessas áreas que se concentram grande parte das atividades de exploração e produção das companhias (PINTO JUNIOR e NUNES, p. 35, 1999).

O consumo interno de Angola é bastante limitado, perfazendo apenas 30 mil b/d, cerca de 4% da produção total de 1996, sendo o restante, 96%, exportado. A distribuição constitui monopólio de Estado, e é efetuada pela companhia estatal, a Sonangol. Acredita-se, porém, que, com o provável aumento da demanda interna de derivados de petróleo, será necessária a flexibilização do monopólio estatal da distribuição, permitindo, assim, a participação de companhias estrangeiras de forma competitiva (PINTO JUNIOR e NUNES, p. 15, 1999).

No que se refere aos dois tipos de contratos que o governo angolano celebra com as companhias multinacionais partilha de produção e concessão por *joint venture*, aparentemente nenhum é extremamente favorável ao governo, nas bases atuais.

O contrato de partilha de produção é recomendável, desde que o governo exerça um papel eficiente na fiscalização da produção, regulação e gerenciamento das atividades para que seja mais bem remunerado (PINTO JUNIOR e NUNES, p. 4, 1999).

Os cenários aqui levantados demonstram que a relativa interrupção do conflito em Angola proporcionará uma expansão das atividades petrolíferas em todo o país, podendo a produção alcançar cerca de 1,5 milhão de b/d, no ano 2000 (Agência Brasil, 28/06/08).

Buscando subsídios na evolução da indústria, pode-se concluir que através do processo de nacionalização, iniciado ainda na década de 50, grandes modificações foram determinadas na estrutura da indústria, e um novo contexto de concorrência se estabeleceu. Além disso, outros aspectos fundamentais emergiram da dinâmica concorrencial da IPM: as inovações tecnológicas e as inovações financeiras. As primeiras implicaram num processo de revisão de propriedades, de critérios de gestão e de organização das companhias petrolíferas, o que ampliou a competição no mercado.

3.2 Diferentes Acordos para Diferentes Parceiros

O desenvolvimento do mercado futuro e as mudanças nas formas de comercialização do petróleo caracterizam como as inovações financeiras, somadas às novas condições de base do mercado, e a dimensão geopolítica do mesmo, possibilitarão a modificação do comportamento dos preços do petróleo (PINTO JUNIOR e NUNES, 1999).

Durante toda a década de 80, várias empresas como Petrobrás, Elf, Total, Texaco, Agip, Mitsubishi, Naftagas, entre outras, juntaram-se às já existentes como Gulf e a Fina, para incrementar a produção em Angola, contratadas pela estatal angolana Sonangol (Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola). Os investimentos feitos em conjunto por essas empresas e pelo Estado angolano na exploração e produção têm elevado gradativamente a produção ao longo dos anos (PINTO JUNIOR e NUNES, 1999, p. 5).

Para estes autores, com condições geológicas bastante favoráveis, bons índices de exploração, baixos custos operacionais e políticas fiscais atrativas as companhias aumentaram a produção de apenas 84 mil b/d, em 1970, para mais de 740 mil b/d, em 1996.

A maioria das atividades da indústria de petróleo em Angola era limitada ao enclave de Cabinda – concessão pertencente à Chevron –, devido à instabilidade provocada pelo recrudescimento do conflito interno, que produzia na sua plataforma continental aproximadamente 70% do petróleo exportado por Angola. O restante da produção, também produzido no mar, provém das regiões próximas a Cabinda, mais precisamente na região do Soyo.

A produção em terra encontra-se paralisada, prevendo-se a sua retomada, com o fim do conflito armado (PINTO JUNIOR e NUNES, 1999, p. 9).

Os mesmos autores afirmam que em Angola há dois tipos de contratos: os de partilha de produção (*production sharing agreements*) e os de concessão por *joint*

venture. No primeiro caso, as companhias multinacionais servem como contratadas do Estado angolano para explorar e produzir petróleo no país.

Os financiamentos e todos os custos de investimentos decorrentes dessas atividades são cobertos pelas companhias multinacionais contratadas. A reposição dos custos das companhias é feita com parte do petróleo produzido.

Para Pinto Junior e Nunes (1999, p. 12) os contratos de partilha de produção pareciam atraentes para Angola, por transferirem todo o ônus dos riscos de investimentos para as companhias estrangeiras. Além disso, as companhias multinacionais acabavam beneficiando-se muito mais, pois os custos de investimentos são recuperados rapidamente logo que ocorre uma descoberta comercial.

Para eles, as companhias multinacionais jamais assinariam contrato de partilha para produzir petróleo em locais pouco produtivos. O maior equívoco desses contratos, pelo menos para Angola, é que as companhias multinacionais, para recuperar os seus investimentos, ficam geralmente com 50% do petróleo produzido; é o chamado *cost oil*.

O restante da produção, chamado de *profit oil*, é então "partilhado" entre o Estado e a companhia multinacional, por intermédio de percentagens que variam, dependendo da quantidade e qualidade do petróleo produzido.

De acordo com os modelos de concessão, o Estado angolano concede a uma companhia multinacional o direito de empreender todas as atividades petrolíferas como exploração, produção, transporte e comercialização do petróleo encontrado em uma determinada região. Em troca, o Estado é remunerado com *royalties*, impostos de renda, lucros de comercialização e outras taxas (PINTO JUNIOR e NUNES, 1999, p. 13).

Eles relatam que (1999, p.14), com exceção de Cabinda, o restante da plataforma marítima de Angola é dividida em vários blocos de 4.000 km², por onde estão distribuídas as companhias estrangeiras (Figura 2). Por exemplo, a Petrobrás explora o bloco 2, próximo à região de Soyo, onde divide as operações com a Texaco, Total e Sonangol. A produção em águas profundas (300.600 metros de profundidade) teve o seu primeiro poço, o Kokongo, inaugurado em dezembro de 1994 pela Chevron, em Cabinda, tendo já contribuído com uma produção diária de 50.000 b/d. A exploração e produção em águas profundas constituem atualmente o principal foco das atividades

petrolíferas em Angola. O licenciamento dessas áreas pelo governo de Angola tem atraído as principais companhias internacionais (PINTO JUNIOR e NUNES, 1999).

Eles verificaram (1999, p. 13) que está programado o início da produção de outros campos de águas profundas como N'dola, Sanha e Nemba, também em Cabinda, onde, segundo a Chevron, os trabalhos de desenvolvimento já estariam em fase bastante evoluída, faltando apenas a instalação das plataformas. Além de Cabinda, o governo concedeu licenças para produção em águas profundas dos blocos próximos à região de Soyo. As áreas importantes foram destinadas a Shell (bloco 16), Elf (bloco 17) e Exxon e BP (bloco 15) (p. 34).

Provavelmente, no decorrer desses 4 anos, novas licitações já terão sido feitas e muitos desses blocos já se encontram em operação. Para a produção nessas áreas específicas, o governo tem sido muito criterioso na escolha das companhias e, geralmente, negocia com as mesmas os contratos de partilha de produção.

CAPÍTULO 4

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL E ANGOLA

4.1 Novas Demandas de Cooperação Brasil-Angola

Em seu plano estratégico, a Petrobrás dá prioridade a investimentos e atividades na parte americana do Golfo do México e no oeste africano para as atividades de exploração e produção. Nos próximos quatro anos, a maior parte (67%) dos investimentos de US\$ 15 bilhões a serem feitos entre 2008 e 2012 será destinada às áreas de exploração e produção na América Latina, Oeste da África e Golfo do México.

No horizonte de médio e longo prazo, o Brasil tende a se tornar uma das mais promissoras regiões de atração de investimentos no *upstream* e, no limite, um País exportador, disputando com novas regiões, mais “tradicionais”, tais como o Golfo do México, Rússia, Ásia (especialmente Indonésia, China e Filipinas) e Costa Oeste Africana (especialmente Nigéria – Golfo da Guiné e Angola): o litoral brasileiro é geologicamente semelhante ao do Oeste Africano e as bacias sedimentares brasileiras foram pouco exploradas em relação à sua dimensão. Uma das principais questões remanescentes e que possivelmente trará problemas para as empresas privadas que vierem a descobrir petróleo diz respeito à política de preços e à posição dominante da Petrobrás no segmento de refino.

Detentora de praticamente 100% das refinarias, a Petrobrás pode atuar como monopolista, dificultando as ações das empresas concorrentes. Desse modo, a abertura não gerou os mesmos efeitos, em matéria de redução de barreiras à entrada e de participação de novas empresas, ao longo de todas as atividades econômicas da cadeia petrolífera (Agência Brasil, 06/08/2008).

No intuito de propor novas demandas de cooperação técnica a VII Comista Brasil-Angola foi realizada em Luanda, em 2009, para atender novas demandas de cooperação técnica manifestadas pela delegação angolana. Para viabilizar o atendimento

das demandas solicitadas, a Agência Brasileira de Cooperação - ABC realizou Missão de Prospecção de Atividades de Cooperação Técnica a Luanda, no período de 18 de janeiro a 7 de fevereiro de 2009. O relacionamento bilateral e as principais iniciativas e projetos de cooperação técnica entre os dois países estão resumidos a seguir.

Capacitação do Sistema de Saúde de Angola

O projeto visa fortalecer a capacidade da formação em saúde pública em Angola nos campos de ensino, ciência e tecnologia, incluindo comunicação e informação. Com participação do Ministério da Saúde de Angola e da Fiocruz, o projeto prevê: a) capacitar futuros docentes para atividades de ensino, investigação e cooperação técnica na futura Escola Nacional de Saúde Pública de Angola (ENSPA); e b) apoiar a organização da biblioteca da ENSPA.

Apoio Técnico para a Implantação e Desenvolvimento do Centro Militar de Higiene e Epidemiologia de Angola

O projeto objetiva auxiliar a formação técnica de profissionais com capacidades estratégicas para a gestão e operacionalização do Centro Militar de Higiene e Epidemiologia e apoiar a capacitação de profissionais técnicos e a formação de multiplicadores em conhecimentos básicos de vigilância epidemiológica, sanitária e diagnóstico laboratorial, além de dar suporte técnico à implantação de um centro de tele saúde no CMHE. O projeto prevê: a) capacitar técnicos angolanos em técnicas e procedimentos básicos de vigilância epidemiológica, sanitária e diagnóstico laboratorial e realizar estágio prático nestas áreas; b) capacitar médicos e gestores do CMHE em vigilância em saúde e gestão de informações estratégicas para o controle de endemias e epidemias; c) intercambiar conhecimentos sobre as estratégias nacionais de vigilância epidemiológica, vigilância sanitária e laboratórios de saúde pública e no manejo de informações estratégicas nessas áreas; e d) apoiar o CMHE na implementação de uma sala de tele saúde. A iniciativa é apoiada pelo Ministério da Saúde e pela Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais, pelo lado

brasileiro, e pela Direção dos Serviços de Saúde do Estado Maior Geral das Forças Armadas e pelo Ministério da Defesa Nacional, pelo lado angolano.

Projeto Piloto em Anemia Falciforme

Tendo como futuros executores o Ministério da Saúde e a Coordenação da Política Nacional de Sangue e Hemoderivados, pelo lado brasileiro, e o Ministério da Saúde e o Hospital Pediátrico David Bernardino, pelo lado angolano, o projeto objetiva reduzir a taxa de morbimortalidade por doença falciforme no país. A iniciativa prevê: a) capacitar profissionais de saúde de Angola em tratamento básico, diagnóstico laboratorial e por imagem da doença falciforme, triagem neonatal e restauração de lesões ósseas; e b) implantar o sistema de cadastro de pacientes.

Apoio à Formação Profissional Rural e Promoção Social em Angola

O projeto objetiva o fortalecimento institucional da área de formação profissional rural em Angola e nivelamento técnico de profissionais de ciências agrárias do Instituto do Desenvolvimento Agrário (IDA). Prevê: a) transferir metodologia do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) para profissionais de ciências agrárias e técnicos do IDA; b) executar treinamentos de Formação Profissional Rural (FPR) e a Promoção Social (PS) para profissionais de ciências agrárias e técnicos do IDA; e c) realizar oficinas de Metodologia de Elaboração de Cartilhas. O projeto deverá ser executado, do lado do Brasil pelo Senar e, pelo lado de Angola pelo IDA, vinculado ao Ministério da Agricultura daquele país.

Capacitação na Assistência Técnica e Extensão Rural para Técnicos angolanos

O projeto ora em negociação, que terá como órgão executor da parte angolana o IDA, visa a dotar os técnicos do setor de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) de Angola de maior competências e habilidade para fazer a gestão de planos, programas e projetos voltados para o desenvolvimento do espaço rural. Prevê: a) capacitar técnicos angolanos em construção de diagnósticos para implantação do Índice de Desenvolvimento Comunitário Rural (IDCR); b) capacitar técnicos angolanos para

desenvolver e atuar em ATER; c) capacitar técnicos angolanos para desenvolver e atuar em ATER; e implantar Unidades de Experimentação (UE's) com projetos definidos no Diagnóstico.

Apoio ao Sistema Nacional de Investigação Agrária de Angola

São responsáveis pela execução do projeto ora em negociação, da parte do Brasil a Embrapa e, da parte de Angola o Instituto de Investigação Agrária (IIA) do Ministério da Agricultura angolano. A iniciativa prevê: a) capacitar técnicos do IIA no uso e manipulação dos equipamentos laboratoriais da Estação Experimental de Malange em análise de solos, plantas e sementes e de cultura de tecidos.

Criação do Serviço de Sanidade Vegetal Capacitação para Inspeção Fitossanitária

São responsáveis pela execução do projeto ora em negociação, da parte do Brasil o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e, da parte de Angola o IDA prevê: a) realizar cursos para técnicos de órgãos governamentais angolanos em sanidade vegetal, objetivando a elaboração e implementação do modelo do Serviço de Sanidade Vegetal adequado à estrutura política angolana; e b) realizar capacitação de técnicos de órgãos governamentais angolanos em metodologias de inspeção fitossanitária (Fonte: <http://www.abc.gov.br/projetos/cooperacaoPrestadaAfricaPALOP.asp>).

4.2 As Transformações Estruturais da Indústria do Petróleo e o Futuro de Angola

A presença da Petrobrás na África não se limita à Nigéria: a empresa desenvolve atividades exploratórias também em Angola, Tanzânia, Guiné Equatorial, Moçambique e Líbia.

Presente em Angola desde 1979, na condição de sócia, mas sem a operação dos trabalhos de prospecção, a produção atual da estatal brasileira no país é de apenas 2,8 mil barris de petróleo por dia (Agência Brasil, 28/06/2008). Esse quadro, no entanto, pode vir a mudar em breve, disse o gerente geral da Unidade de Negócios da Petrobrás em Angola, Hércules Tadeu Silva. Segundo ele, desde dezembro de 2006, a Petrobrás

começou a investir “de forma mais agressiva em Angola, pois vislumbrou oportunidades melhores”, assumindo, então, a condição de operadora e marcando presença em três blocos no país (Agência Brasil, 28/06/2008).

“São blocos com boas perspectivas, nos quais devemos iniciar os trabalhos de perfuração já no próximo ano”, afirmou Silva, em entrevista à *Agência Brasil*. Segundo ele a entrada em novos projetos *offshore* (em mar), seja em águas rasas ou profundas, visa a reverter esse quadro e elevar significativamente a produção. Até agora, a Petrobrás investiu cerca de US\$ 560 milhões em Angola, desde que iniciou as suas atividades lá – deste total, US\$ 500 milhões somente em bônus pagos ao governo (Agência Brasil, 28/06/2008).

Tadeu Silva ressaltou que existe um compromisso de perfuração de 11 poços exploratórios até novembro de 2011, em Angola, o que, em sua opinião, elevará o volume de recursos na região entre US\$ 300 milhões e US\$ 350 milhões nos próximos anos. “Hoje, a Petrobrás em Angola está em uma situação bem mais confortável do que há cerca de dois anos. Enxergamos boas perspectivas, e estamos muito animados quanto às descobertas a ser feita nos próximos anos”. Para Silva, os projetos que a Petrobrás tem hoje em Angola permitem vislumbrar níveis de produção na faixa dos 100 mil barris de petróleo por dia nos próximos anos (Agência Brasil, 28/06/2008).

A aposta da Petrobrás em Angola levou a empresa brasileira a montar um portfólio exploratório de seis blocos, sendo que em três deles ela é operadora. A estratégia da Petrobrás é de intensificar as atividades de exploração e produção de petróleo no exterior e investir fora do país US\$ 15 bilhões no período 2008-2012. Atuando em 28 países, a Petrobrás investiu, no passado, R\$ 6,6 bilhões na expansão internacional (Agência Brasil, 06/08/2008. Acesso em 11/09/09).

A Petrobrás desempenha um papel fundamental na produção do bloco 2 localizado *offshore*, por ser uma companhia líder mundial em tecnologia de águas profundas. Além disso, a Petrobrás atua no mercado angolano fornecendo serviços técnicos e de perfuração para outras companhias estrangeiras (PINTO JUNIOR e NUNES, 1999).

Com as várias descobertas na faixa Atlântica de Angola, é possível que Angola logo se torne também uma das principais produtoras de petróleo no continente Africano. A aposta em novas tecnologias para exploração em águas profundas e ultraprofundas tem tornando a indústria petrolífera angolana pioneira a nível mundial, assim como o Brasil (Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola. (www.mstelcom.co.ao/wps/portal)).

Em 1995 Angola possuía um PNB avaliado em US\$ 8 bilhões e uma renda *per capita* de US\$ 800. Angola situada no sudoeste da África e sua população estimada (em 1995) em 10,5 milhões de habitantes. Com 18 províncias, possui a oeste uma extensa costa marítima banhada pelo oceano Atlântico; ao norte é circundada pelas Repúblicas do Congo e do Zaire; ao leste, pela Zâmbia e ao sul pela Namíbia. Cabinda, uma de suas províncias, rica em petróleo, é um enclave a noroeste, localizada entre as Repúblicas do Zaire e do Congo, separada do resto de Angola por um pequeno território da República do Zaire (Figura 1).

O país é dotado de grandes recursos minerais e energéticos que incluem reservas de petróleo e gás natural, além de um grande potencial hidrelétrico em seus numerosos rios. Diamantes, ouro, ferro, manganês, fosfatos, urânio, ainda inexplorados. Angola é um dos países com grande potencial mineral (BUAMBUA; SUSLICK, 2006, p.2).

As transformações estruturais da indústria do petróleo possibilitaram a dissolução da antiga prática de preços de referência estabelecida pela OPEP e introduziram um novo elemento às cotações do petróleo: a volatilidade. Para contornar este elemento de incerteza, inerente à formação dos atuais preços do petróleo, a utilização de mecanismos para que se livrem de possíveis prejuízos que se generalizaram, permitindo que o preço passe a oscilar dentro de uma faixa larga de flutuação, no interior da qual a volatilidade é dada como natural, sendo aleatória e não causando reações geopolíticas, nem no comportamento do mercado (PINTO JUNIOR e NUNES, 1999).

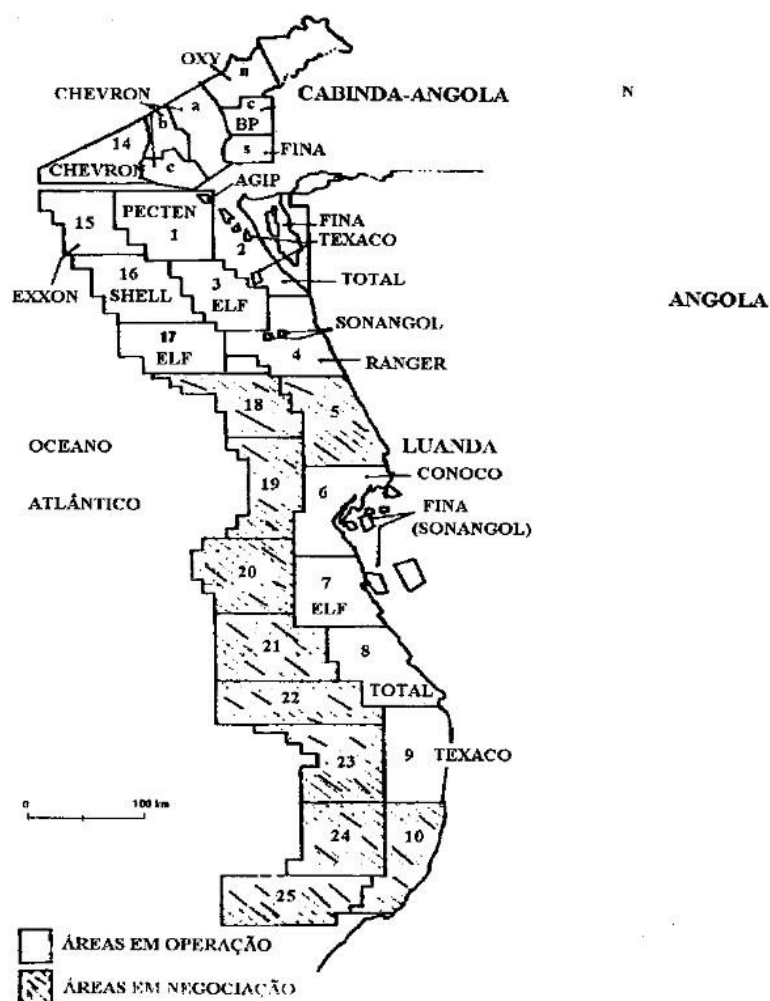
Os autores ressaltam que os preços piso e teto não são fixos, evoluindo de acordo com mudanças conjunturais ou geopolíticas da indústria. Atualmente, a hegemonia dos EUA, com seu potencial militar, sua influência econômica sobre o mundo e o tamanho do seu mercado consumidor (e até mesmo produtor), e a Arábia Saudita, devido ao seu potencial produtor, são os agentes de maior peso na definição destes limites.

Com relação à OPEP, para os autores, a ampla utilização das novas formas de comercialização, no contexto atual da indústria petrolífera, reduz a importância do estabelecimento de contratos de longo prazo entre os produtores e os consumidores. Estes contratos são uma condição necessária ao fortalecimento do poder de mercado de alguns agentes, dificultando a concentração da indústria em torno desta Organização.

Ademais, percebe-se que crises petrolíferas não acontecem apenas por variações nas condições de base do mercado, como desequilíbrio entre a oferta e a demanda por petróleo. Elas se dão quando ocorrem crises políticas associadas ao setor, que possam provocar rupturas no sistema de abastecimento mundial e um realinhamento de forças entre os agentes (PINTO JUNIOR e NUNES, 1999).

As últimas oscilações, como as que foram observadas constituem um traço estrutural do novo regime de preços internacionais do petróleo. Se por um lado esse aspecto complica o processo de tomada de decisões dos atores, por outro, é inegável que as novas operações financeiras exercem um papel de amortecedor das flutuações. Isso explica a relativa tranquilidade do mercado petrolífero mundial, ante as flutuações registradas nos preços.

FIGURA 2 – Áreas licenciadas para produção de petróleo em Angola, destacando-se os blocos de águas profundas em Cabinda (B e C) para Chevron, bloco 16 (Shell), bloco 15 (Exxon), bloco 17.



(Fonte: Oil & Gas Journal, 6 set., 1993, In: BUAMBUA; SUSLICK, p.3, 2006.)

CONCLUSÕES

A Petrobras recentemente conquistou a auto-suficiência na produção de petróleo, e investirá ainda mais em sua expansão internacional, conquistando mercados e novas frentes de trabalho. O objetivo da empresa é sedimentar a posição de multinacional brasileira, referência mundial de tecnologia e competitividade. Ao mostrar seus novos passos como, por exemplo, a compra de ativos no Paraguai, Colômbia e Uruguai – onde 260 postos de combustíveis passarão a ostentar a bandeira BR – e a aquisição de uma refinaria nos Estados Unidos que processará 100 mil barris de petróleo da Bacia de Campos, Petrobras mostra que acredita na expansão das atividades para os segmentos de refino, comercialização e distribuição.

Embora a maior parte dos investimentos em exploração e produção ainda esteja concentrada na América do Sul, na costa oeste da África e no Golfo do México, onde a Petrobras aproveita sua vantagem competitiva para ampliar fronteiras, busca também o crescimento sustentável de suas reservas e produção. Nos últimos quatro anos, a internacionalização da companhia se intensificou e hoje a Petrobras está presente em 17 países. São 11 Unidades de Negócio, além de atividades desenvolvidas em outros seis países, principalmente, devido ao seu domínio tecnológico nas operações em águas profundas

O presente estudo mostrou que o processo de construção da internacionalização da Petrobras começou na década de 70, quando o Brasil produzia cerca de 150 a 200 mil barris por dia, enquanto o consumo estava na faixa de 800 a 900 mil barris diários. Com a demanda crescente e a dificuldade de encontrar boas áreas de produção no Brasil, a Petrobras decidiu buscar petróleo no Exterior e criou a Braspetro, em 1972, para garantir o suprimento ao mercado brasileiro. A Petrobras iniciou sua atuação no exterior pela Colômbia. Com a descoberta de grandes reservas de petróleo na Bacia de Campos, na década de 80, as atividades no exterior passaram a ter um peso menor. Mas, com a quebra do monopólio do petróleo no Brasil no final da década de 90 e a abertura do mercado, houve a necessidade de acesso à capital mais barato para o desenvolvimento dos grandes projetos no Brasil. Foi então, que a Petrobras passou a

desenvolver uma base de ativos no exterior com o objetivo de gerar receitas em moeda forte e diminuir o risco para os investidores internacionais.

O foco deste estudo foi a influência e a atuação da Petrobrás em Angola, em um cenário internacional caracterizado por uma série de crises que reverteram alguns dos pressupostos do modelo de desenvolvimento econômico implementado pelos governos do regime militar brasileiro. Como a crise financeira marcada pelo “Primeiro Choque do Petróleo”, o governo brasileiro agiu de forma criativa e oportuna, realizando importantes inflexões no comando geral da política externa. Algumas dessas modificações se fizeram tendo por pressuposição o elevado poder de compra de petróleo que tinha o Brasil naquele momento, ocupando a Petrobrás papel central no seu desenrolar, tanto no sentido de se buscar garantias para o abastecimento interno de petróleo e derivados, quanto na promoção de produtos e serviços brasileiros no exterior.

O estudo expõe os movimentos de internacionalização da Petrobrás em um país em guerra civil – Angola, que antecedeu a Crise do Petróleo, analisando o contexto da parceria e as transações efetivadas a partir de 1979 para promover as exportações e abrir novos mercados consumidores. Apresenta-se, portanto, a Petrobrás como ator fundamental em algumas das mais importantes dimensões da política externa do governo brasileiro, especialmente na aproximação de países produtores de petróleo da África e do Oriente Médio. Hoje, os papéis da Petrobras são negociados, além do Brasil, nas Bolsas de Valores de Nova York, Madri e Buenos Aires. Foi uma internacionalização de sucesso, apesar de todos os riscos que se apresentavam, principalmente em Angola.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Petrobrás perfurará 11 poços exploratórios em Angola até 2011**. <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2008/06/28>. Acesso em 20/08/09.

AGÊNCIA BRASIL. **Petrobrás deverá investir em quatro anos US\$ 15 bilhões no exterior**. <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2008/06/28>. Acesso em 11/07/09.

ALEM, Ana Cláudia; CAVALCANTI, Carlos Eduardo. O BNDES e o Apoio à Internacionalização das Empresas Brasileiras: Algumas Reflexões. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, V. 12, N. 24, p. 43-76, dez. 2005.

CIA WORLD FACTBOOK – Novembro 2005. **Monografia de Angola, Governo de Angola, Ministério do Planejamento - Geografia/Ambiente**; Embaixadas de Angola: Rússia, Brasil, Portugal. **Angola Digital**. Pesquisa e Edição. <http://www.Angoladigital.net/sobrepais/>. Acesso em 18/09/2009.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, p. 25, 1977.

BRASIL. Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional: **O Brasil no mundo que vem aí**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. 508 p.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Atos e Acordos Assinados**. Brasília, 17 de junho de 2009. Disponível em: <<http://www2.mre.gov.br/dai/biango.htm>>. Acesso: 17 de junho de 2009.

_____. Petrobrás. **O Tatu saiu da Toca**. Histórias da Internacionalização da Petrobrás. Rio de Janeiro, 2007. 301p.

_____. Repertório de Política Externa. **Posições Brasil**. – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007. 336 p.

BUAMBUA, Lino Sobrinho; SUSLICK, Saul B. Angola: Avaliação e Perspectivas Futuras do Setor de Petróleo. **Revista Brasileira de Energia**. Vol. 6, N o 2, p. 7, 1997.

CAIXETA, Nely. A Terceira Onda da Petrobrás. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 05 de outubro de 2006. Disponível em: <http://infoener.iee.usp.br/infoener/hemeroteca/imagens/98138.htm>. Acesso: 17/06/09.

CIA WORLD FACTBOOK - Novembro 2005. **Monografia de Angola**, Governo de Angola, Ministério do Planejamento - Geografia/Ambiente; Embaixadas de Angola: Rússia, Brasil, Portugal, 2005. <http://www.Angoladigital.net/sobrepais/>. Acesso 16/09/2009.

CORRÊA, Daniela; LIMA, Gilberto Tadeu. Internacionalização produtiva de empresas brasileiras: caracterização geral e indicadores. **Informações FIPE**, p. 15-18, abril de 2007.

CORRÊA, D.; LIMA, Gilberto T. Internacionalização produtiva de empresas brasileiras: determinantes e comportamento recente. **Informações FIPE**, p. 36-40, maio de 2007.

FUNDAÇÃO EDUARDO DOS SANTOS. Montreal, Quebec, Canadá.
<http://www.fesacanada.com/hystorypo.html> . Acesso 21/10/09

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Cooperação Sul-Sul.
<http://www.abc.gov.br/projetos/cooperacaoPrestadaAfricaPALOP.asp>. Acesso em 23 de out./2009.

PETROBRAS. **Plano de Negócios 2009-2013/ 26 de janeiro, 2009.**
http://www2.petrobras.com.br/ri/port/ConhecaPetrobras/EstrategiaCorporativa/pdf/PN_2009-2013_Port.pdf. Acesso em 3 de junho de 2009.

_____ **PETROBRAS em Números.** <http://www2.petrobras.com.br/portal>. Acesso em 5 de julho de 2009.

PINTO JUNIOR, Helder Queiroz; NUNES, Luciana dos Santos. Dos choques petrolíferos à atual estrutura de formação dos preços do petróleo. **Revista Brasileira de Energia**. Vol. 8, N., 1999.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social** – métodos e técnicas. SP: Atlas, p. 24-35. 2007.

SANTANA, Carlos Ribeiro. **O Brasil e o conflito árabe-israelense-palestino (1947- 200)**. Dissertação de Mestrado. Brasília. Universidade de Brasília. Instituto de Relações Internacionais. Departamento de Relações Internacionais, p.18. 2005.

SOCIEDADE NACIONAL DE COMBUSTÍVEIS DE ANGOLA.
<http://www.mstelcom.co.ao/wps/portal> Acesso em 23 de outubro de 2009

TOSCANO, Daniella Maria Barandier. **A influência do Sistema Petrobrás sobre a ação externa do Governo de Ernesto Geisel (1974-1979)**. Dissertação de Mestrado. Brasília, UnB. Instituto de Relações Internacionais. Departamento de Relações Internacionais, 2004.

VEJA. **A Usina de boas novas – a Petrobrás caminha para bater a meta de 500.000 barris diários.** São Paulo. P. 62-71, 29 de fevereiro de 1984.

ANEXOS

ANEXO 1

PROTOCOLO DE INTENÇÕES ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DE ANGOLA SOBRE COOPERAÇÃO TÉCNICA NA ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O Governo da República Federativa do Brasil
e o Governo da República de Angola
(doravante denominados "Partes"),

Respaldados no Acordo Básico de Cooperações Econômicas, Científicas e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola, assinado em Luanda, em 11 de junho de 1980, promulgado em 5 de outubro de 1990 (doravante denominado "Acordo");

Determinados a desenvolver e aprofundar as relações de cooperação;

Animados pela vontade de estreitar os laços de amizade e de fraternidade existentes entre os dois países e povos;

Destacando o especial interesse de que se reveste a cooperação técnica na área da Administração Pública, especialmente em matéria de formação e capacitação de funcionários públicos,

Decidem celebrar o presente Protocolo de Intenções:

1. As Partes comprometem-se em regime de reciprocidade, e quando para tanto solicitadas, com a prestação mútua de cooperação técnica para apoiar a formação de quadros angolanos, na área de Administração Pública, em especial:

a. Formação e capacitação de servidores públicos angolanos em eventos de aprendizagem promovidos pelas instituições brasileiras competentes (cursos de curta duração, seminários, programas de educação à distância, especializações etc.), atendendo a critérios de seleção requeridos para participação nestes eventos;

Organização de visitas e missões técnicas de servidores angolanos a instituições brasileiras, tendo em vista a apreensão de novos conhecimentos e metodologias nas áreas de formação, capacitação e pesquisa;

Intercâmbio sistemático de publicações entre as duas instituições;

Participação de dirigentes e técnicos de instituições brasileiras e angolanas em eventos de capacitação (cursos de curta duração, seminários, palestras etc.), com o objetivo de promover o desenvolvimento de novas competências e troca de experiências; e outras áreas que as Partes considerem adequadas à realização dos seus interesses.

2. A implementação de ações nas áreas previstas no parágrafo 1 será efetivada por meio de Ajustes Complementares, fundamentados no Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola, firmado em Luanda, em 11 de junho de 1980, promulgado em 05 de outubro de 1990.

3. Para a implementação dos projetos de cooperação técnica na área da administração pública, concebidos sob a égide dos futuros ajustes, as Partes poderão estabelecer parcerias com instituições dos setores público e privado, organismos e entidades internacionais, bem como com organizações não governamentais.

4. As ações, programas, projetos e atividades previstos no presente Protocolo serão coordenados, do lado angolano, pelo Ministério das Relações Exteriores e executados pelo Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social.

5. As ações, programas, projetos e atividades previstos no presente Protocolo serão coordenados, do lado brasileiro, pela Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores, que designará as instituições competentes que serão responsáveis pela execução.

6. As Partes deverão realizar reuniões para acordar os termos da cooperação a ser desenvolvida, assim como dos respectivos ajustes e projetos.

7. As ações, programas, projetos e atividades previstos no presente Protocolo estarão sujeitos às leis e regulamentos em vigor na República Federativa do Brasil e na República de Angola.

8. O presente Protocolo de Intenções entrará em vigor na data de sua assinatura e terá vigência de 2 (dois) anos, sendo automaticamente renovável até que uma das Partes se manifeste em contrário, com antecedência mínima de 3 (três) meses.

9. Qualquer das Partes poderá denunciar o presente Protocolo de Intenções, por via diplomática, com antecedência mínima de 3 (três) meses. A denúncia não afetará as atividades em execução, salvo quando houver manifestação em contrário.

10. Quaisquer dúvidas relacionadas com a implementação do presente Protocolo serão dirimidas por conversações diretas entre as Partes.

Feito em Brasília, aos 3 dias do mês de maio de 2005, em dois exemplares originais, na língua portuguesa, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL
Embaixadora Vera Pedrosa
Subsecretária Política do Ministério das
Relações Exteriores do Brasil

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DE ANGOLA
EMBAIXADOR FLORÊNCIO DE ALMEIDA
Diretor de Cooperação Bilateral do Ministério das
Relações Exteriores da República de Angola

ANEXO 2



**Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos**

DECRETO Nº 99.559, DE 5 DE OUTUBRO DE 1990.

Promulga o Acordo de Cooperação Econômica,
Científica e Técnica, entre a República Federativa
do Brasil e a República Popular de Angola.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o art. 84, inciso VIII, da Constituição, e

Considerando que o Congresso Nacional aprovou, pelo Decreto Legislativo nº 48 de 29 de setembro de 1981, o Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola, em Luanda, a 11 de junho de 1980.

Considerando que o referido Acordo entrou em vigor em 11 de fevereiro de 1982, na forma de seu artigo XV, inciso 1,

DECRETA:

Art. 1º O acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola, apenso por cópia ao presente decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 5 de outubro de 1990; 169º da Independência e 102º da República.

FERNANDO COLLOR

Francisco Rezek

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 9.10.1990

ACORDO DE COOPERAÇÃO ECONÔMICA, CIENTÍFICA E TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA POPULAR DE
ANGOLA.

O Governo da República Federativa do Brasil e
O Governo da República Popular de Angola,
A seguir designados "Partes Contratantes",

Animados do desejo de fortalecer os laços de amizade existentes entre ambos os estados;
Considerando o interesse comum em acelerar o desenvolvimento econômico, técnico e científico dos dois países na base dos princípios de igualdade de direitos, do respeito mútuo pela soberania e da não-ingerência nos assuntos internos de cada Estado;
Considerando as vantagens que resultam de uma tal cooperação para ambos os países;
Acordam o seguinte:

ARTIGO I

1. As Partes Contratantes promoverão a cooperação econômica, técnica e científica entre ambos os países com objetivo de contribuir para melhor avaliação dos seus recursos naturais e humanos, esforçando-se para que os programas que surjam do presente Acordo se ajustem à política e plano de desenvolvimento nos dois países, como apoio complementar dos seus próprios esforços internos para atingir objetivos de desenvolvimento econômico e social.
2. Para tal conceder-se-ão mutuamente todas as facilidades necessárias.

ARTIGO II

A cooperação entre as Partes Contratantes poderá assumir as seguintes modalidades:

- a) intercâmbio de informações bem assim a organização de meios adequados à sua difusão;
- b) aperfeiçoamento profissional, mediante programas de visitas ou estágios de especialização, através de concessão de bolsas de estudo para especialização técnica;
- c) projetos conjuntos de pesquisa em áreas científicas que sejam de interesse comum;
- d) intercâmbio de peritos e cientistas;
- e) organização de seminários e conferências;
- f) envio de equipamentos e materiais necessários à realização de projetos específicos;
- g) qualquer outra forma de cooperação que for acordada entre as Partes Contratantes.

ARTIGO III

Os programas e projetos de cooperação econômica, técnica e científica referidos no presente Acordo serão objeto de Acordos, Protocolo, Ajustes ou Convênios Complementares ou contratos separados que especificarão os objetivos de tais programas e projetos, os procedimentos de execução bem como as obrigações, inclusive financeiras, de cada uma das Partes Contratantes.

ARTIGO IV

1. O financiamento das formas de cooperação econômica, técnica e científica definidas no Artigo III do presente Acordo será convencionado pelas Partes contratantes em relação a cada projeto.
2. As Partes Contratantes poderão solicitar o financiamento e a participação de organismos internacionais para a execução de programas e projetos resultantes da aplicação do presente Acordo.

ARTIGO V

O intercâmbio de informações científicos e técnicos será efetuado por via diplomática entre os órgãos autorizados, em cada caso.

ARTIGO VI

As Partes contratantes facilitarão, dentro dos limites previstos pela lei e nos seus respectivos territórios, tanto a entrada quanto o cumprimento dos objetivos e funções dos técnicos e peritos no desempenho das suas atividades em função do presente Acordo.

ARTIGO VII

Os equipamentos e materiais eventualmente fornecidos a qualquer título por um Governo a outro, no quadro dos projetos de cooperação técnica e científica, ficam sujeitos ao controle aduaneiro de acordo com as leis em vigor em cada país, podendo ser-lhes aplicados, conforme os casos e conforme as possibilidades criadas pelas respectivas legislações, os regimes de importação temporária ou de insenção ou redução de direitos e demais imposições aduaneiras e atendendo às condições específicas dos projetos previstos em cada um dos Acordos, Protocolos, Ajustes ou Convênios Complementares ou contratos separados.

ARTIGO VIII

As Partes contratantes assegurarão aos peritos e técnicos a serem enviados ao território da outra Parte em função do presente Acordo, o apoio logístico e facilidades de transporte e informação requeridas para o cumprimento das suas funções específicas e outras facilidades a serem definidas nos Acordos, Protocolos, Ajustes ou Convênios Complementares ou contratos separados.

ARTIGO IX

Os técnicos e peritos a serem enviados, em função do presente Acordo, da República Federativa do Brasil à República Popular de Angola e vice-versa, guiar-se-ão pelas disposições dos Acordos, Protocolos, Ajustes ou Convênios Complementares e contratos respectivos, e serão obrigados a respeitar as leis e regulamentos vigentes no país anfitrião.

ARTIGO X

Cada uma das Partes Contratantes garantirá a não divulgação dos documentos, das informações e de outros conhecimentos obtidos durante a vigência deste Acordo, assim como a não transmissão a uma terceira parte sem consentimento escrito da outra Parte.

ARTIGO XI

1. As duas Partes concordam no estabelecimento de uma Comissão Mista que terá por missão supervisionar a execução das disposições do presente Acordo.
2. Esta Comissão se reunirá uma vez cada dois anos sucessivamente na República Federativa do Brasil e na República Popular de Angola, salvo se as Partes convierem o contrário.

ARTIGO XII

1. As alterações ao presente Acordo serão ajustadas pelas Partes Contratantes por escrito.
2. Os deferidos que surgirem da interpretação e aplicação deste Acordo serão resolvidos por consulta e negociações entre as Partes Contratantes.

ARTIGO XIII

O presente Acordo é concluído por um período de um ano e renovar-se-á tacitamente por períodos sucessivos de igual duração, se nenhuma das Partes o tiver denunciado por escrito seis meses antes da data da sua expiração.

ARTIGO XIV

1. O presente Acordo poderá ser denunciado por qualquer das Partes Contratantes e seus efeitos cessarão seis meses após a data da denúncia.
2. A denúncia ou expiração do Acordo não afetará o cumprimento dos programas e projetos em execução, e ainda não concluídos, salvo quanto as Partes Contratantes convierem o contrário.

ARTIGO XV

O presente Acordo entra em vigor na data da troca dos instrumentos de ratificação, conforme os procedimentos legais e constitucionais nos respectivos países.

Feito em Luanda, aos 11 dias do mês de junho de 1980, em dois exemplares originais em língua portuguesa, ambos os textos fazendo igualmente fé.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL:
Ramiro Saraiva Guerreiro

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
POPULAR DE ANGOLA:
Paulo Jorge